

05/04/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 102.352 PERNAMBUCO

RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
PACTE.(s) : EDMILSON ZACARIAS SILVA
IMPTE.(s) : EDMILSON ZACARIAS SILVA
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Habeas Corpus. Nulidade inexistente. O art. 514 do CPP só se aplica aos crimes funcionais afiançáveis. Ordem denegada.

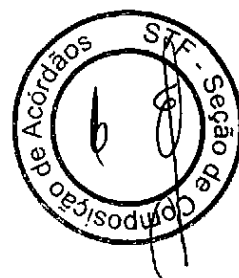
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, indeferir a ordem, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 5 de abril de 2011.

Ministro **GILMAR MENDES**
Presidente e Relator

Documento assinado digitalmente



05/04/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 102.352 PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(s)	: EDMILSON ZACARIAS SILVA
IMPTE.(s)	: EDMILSON ZACARIAS SILVA
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em causa própria por EDMILSON ZACARIAS SILVA, em face de acórdão do Superior Tribunal de Justiça que denegou o *writ*, nos autos do *Habeas Corpus* n. 144.425/PE.

A liminar foi indeferida pelo Min. Eros Grau, por não vislumbrar configurados seus requisitos.

Conforme consta dos autos, o paciente foi denunciado e condenado, em primeira instância, à pena de 12 (doze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 160 dias-multa, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 316 e 325 do Código Penal e no art. 10 da Lei Complementar 105/2001.

Contra essa decisão, foi impetrado o HC 3604/PE no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que negou a ordem, baseando-se no fato de que o paciente fora condenado às penas de 12 (doze) anos de reclusão, pela prática dos ilícitos funcionais previstos nos arts. 316 e 325, § 2º, do CP, cujas penas mínimas são, cada uma, de 2 (dois) anos de reclusão, totalizando a soma das penas, em face do concurso material, em 4 (quatro) anos de reclusão, o que torna defeso a concessão de fiança e, em consequência, autoriza a aplicação do disposto no art. 514 do CPP.

Em face dessa decisão, foi impetrado o HC n. 144.425/PE no Superior Tribunal de Justiça, que publicou acórdão denegando o *writ*, ao fundamento de que a inobservância do procedimento previsto no art. 514 do CPP gera tão somente nulidade relativa, acompanhada da comprovação de efetivo prejuízo à defesa.

Neste *habeas*, a defesa alega nulidade do processo a partir do

HC 102.352 / PE

recebimento da denúncia por inobservância da regra contida no art. 514 do Código de Processo Penal.

A Procuradoria-Geral da República opinou pela denegação da ordem (fls. 77-80).

É o relatório.

05/04/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 102.352 PERNAMBUCO

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Neste *habeas*, a defesa alega nulidade do processo a partir do recebimento da denúncia, por inobservância da regra contida no art. 514 do Código de Processo Penal.

Por oportuno, procedo a análise cronológica do caso.

O paciente foi denunciado e condenado, em primeira instância, à pena de 12 (doze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 160 dias-multa, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 316 e 325 do Código Penal e no art. 10 da Lei Complementar 105/2001.

Contra essa decisão, foi impetrado o HC 3.604/PE no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que negou a ordem, baseando-se no fato de que o paciente fora condenado às penas de 12 (doze) anos de reclusão, pela prática dos ilícitos funcionais previstos nos arts. 316 e 325, § 2º, do CP, cujas penas mínimas são, cada uma, de 2 (dois) anos de reclusão, totalizando a soma das penas, em face do concurso material, em 4 (quatro) anos de reclusão, o que torna defeso a concessão de fiança e, em consequência, desautoriza a aplicação do disposto no art. 514 do CPP.

Em face dessa decisão, impetrou-se o HC n. 144.425/PE no Superior Tribunal de Justiça, que publicou acórdão denegando o *writ*, ao fundamento de que a inobservância do procedimento previsto no art. 514 do CPP gera tão somente nulidade relativa, que deve ser acompanhada da comprovação de efetivo prejuízo à defesa.

Não assiste razão ao paciente.

Embora a fundamentação do Superior Tribunal de Justiça esteja em dissonância com a jurisprudência sedimentada nesta Corte, no sentido de que é indispensável a defesa preliminar, nas hipóteses do art. 514 do Código de Processo Penal, ainda que a denúncia seja baseada em inquérito policial (HC 85.779, de minha relatoria, Tribunal Pleno, decisão unânime, DJ29.6.2007; HC 95.969, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª

HC 102.352 / PE

Turma, DJe 12.6.2009), não é caso de aplicação do art. 514 do Código de Processo Penal.

Verifico que não se aplica o art. 514 do CPP por não se tratar de crime afiançável. Os ilícitos funcionais previstos nos arts. 316 e 325, § 2º, do CPB, cujas penas mínimas são, cada uma, de 2 (dois) anos de reclusão, totalizando a soma das penas, em face do concurso material, em 4 (quatro) anos de reclusão, ultrapassam o limite de dois anos previsto no art. 323, inciso I, do CPP.

Essa é a orientação firmada pelas duas turmas desta Corte, de acordo com os seguintes precedentes: AI-Ag.R. 156.544, rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª Turma, decisão unânime, DJ 2.12.1994; HC-ED 96.990, rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma, DJe 7.5.2010.

Ante o exposto, o meu voto é pelo indeferimento da ordem de *habeas corpus*.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 102.352

PROCED. : PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

PACTE.(S) : EDMILSON ZACARIAS SILVA

IMPTE.(S) : EDMILSON ZACARIAS SILVA

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Indeferida a ordem, nos termos do voto do Relator.
Decisão unânime. **2ª Turma**, 05.04.2011.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie, Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador